

A memória revisitada: relatos sobre o Fidel Castro de Passira e o golpe civil-militar em Pernambuco

Revisited memory: reports about Fidel Castro de Passira and the civil-military coup in Pernambuco

José Rodrigo de Araújo SILVA¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os argumentos utilizados para prisão de militantes após o golpe civil-militar de 1964. Para tanto, realizamos um estudo de caso sobre o preso político Cirilo Diniz de Carvalho da cidade de Passira, agreste pernambucano, que na década de 1960 era popularmente conhecido como “Fidel Castro”. Através dos arquivos do DOPS-PE e da história oral, propomos uma reflexão sobre a construção discursiva que justificou a prisão de inúmeras pessoas em Pernambuco, logo após o golpe. Além das fontes anteriormente citadas, utilizamos como material de apoio autores que tratam a respeito do tema.

Palavras-chave: Memória. Presos políticos. Ditadura. Pernambuco.

Abstract

This article aims to analyze the arguments used for the imprisonment of activists after the civil-military coup of 1964. To do so, we conducted a case study on the political prisoner Cirilo Diniz de Carvalho from the city of Passira, in the rural region of Pernambuco, who was popularly known as "Fidel Castro" in the 1960s. Through the files of the Department of Political and Social Order of Pernambuco (DOPS-PE) and oral history, we propose a reflection on the discursive construction that justified the arrest of numerous individuals in Pernambuco immediately after the coup. In addition to the previously mentioned sources, we used authors who address the topic as supporting material.

Keywords: Memory. Political prisoners. Dictatorship. Pernambuco.

Introdução

Em 21 de outubro de 1962, o jornal *Diário de Pernambuco* estampou em sua capa a seguinte frase: “Processo de cubanização de Pernambuco é a realidade cruel”.² A

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rodrigope81@hotmail.com

afirmação seria de autoria do candidato derrotado ao governo do Estado João Cleofas (UDN) e fazia referência a vitória do seu opositor Miguel Arraes (PST). A expressão “cubanização” assumia nas palavras de João Cleofas um sentido pejorativo e estava associada ao processo revolucionário cubano (1959). Os grandes veículos de imprensa, por sua vez, reproduziam matérias que contribuíam para a construção de um imaginário sobre a Revolução Cubana, ressaltando os seus “efeitos devastadores”.

Outro exemplo de como a grande imprensa pautou o debate na época através de chamadas alarmistas, pode ser percebido numa edição da revista *O Cruzeiro*, também veiculada no ano de 1962. Sob o título de *Nordeste Sinal Vermelho*, a reportagem alertava para os potenciais perigos da região: “No Nordeste, em Pernambuco, particularmente, a miséria secular e a falta de assistência planejada estão contribuindo para que as ideias extremistas se espalhem com a força de um furacão”.³ Em ambos os casos, os discursos reforçam o tom de alerta sobre as transformações que estavam ocorrendo na região, e neste caso específico, Pernambuco.

As notícias sobre Cuba que circulavam através da imprensa brasileira eram frequentemente acompanhadas de imagens de alguns dos seus revolucionários. Logo, fotografias de Fidel Castro, Camilo Cienfuegos, Che Guevara, entre outros, ajudavam a compor o imaginário social a respeito do comunismo. Desta forma, o uso da barba pelos principais líderes da Revolução Cubana demarcava também a construção de um referencial simbólico através da imagem. Dentro deste universo composto por narrativas e imagens depreciativas sobre Cuba, qualquer estilo ou comportamento que fizesse alusão ao comunismo poderia ser entendido como uma referência ou homenagem aos líderes cubanos.

Foi assim que Cirilo Diniz de Carvalho, funcionário dos correios e morador do município de Passira, agreste pernambucano, recebeu a alcunha de “Fidel Castro”. Além da sua militância política, o uso da barba endossava a sua rotulação enquanto potencial subversivo, o que levou a abertura de um inquérito instaurado pelo governo civil-militar após o golpe de 1964, resultando em sua prisão. A proposta deste artigo é analisar os

² CLEOFAS: “Ameaça de cubanização de Pernambuco é a realidade cruel”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 out. 1962. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=cubaniza%c3%a7%c3%a3o&pagfis=19207. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

³ NORDESTE Sinal Vermelho. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 07 jul. 1962. p.123. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=143766>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

argumentos utilizados como justificativa para prisão de militantes após o golpe de Estado, tomando como ponto de partida o estudo de caso sobre o “Fidel Castro” de Passira.

Como aporte metodológico, foram utilizados autores que abordam a relação memória e história, tais como Le Goff (2003), Halbwachs (1990) e Ricoeur (2007). Uma parte considerável das fontes analisadas são documentos sensíveis da história recente, a exemplo dos inquéritos instaurados pelo Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE) que estão sob guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).⁴ Desta forma, as leituras de Castro (2008) e Silva (2014) foram importantes norteadores para as análises desse conjunto documental, assim como as considerações de Montenegro (2013) e Tourtier-Bonazzi (2006) a respeito do testemunho enquanto fonte histórica, uma vez que a história oral foi utilizada como recurso auxiliar desta pesquisa.

Pernambuco e o golpe

Os anos que correspondem à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) provocaram marcas na vida daqueles que atuaram direta ou indiretamente no período. Os debates contemporâneos acerca das responsabilidades pelos abusos, torturas e desaparecidos, revelam o quanto a temática permanece presente no imaginário social, atuando na construção de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Memória aqui compreendida como a capacidade de conservar certas informações, permitindo ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas (LE GOFF, 2003). É a partir dos fragmentos de lembranças desta memória, que percebemos uma (re)significação da mesma com impressões individuais e/ou coletivas de fatos e situações, como no caso do período estudado.

O golpe civil-militar de 1964 representou uma ruptura no processo político e social que se desenvolvia no país (DREIFUSS, 1981). Alguns autores consideram que desde o fim do Estado Novo, o Brasil seguia, ainda que timidamente, construindo uma experiência de “democracia representativa”, com a ampliação de direitos e cidadania (GOMES; FERREIRA, 2018). É importante destacar que esta experiência democrática

⁴ Criada em 1935, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) passou por uma série de transformações ao longo dos anos, até se transformar em Departamento em 1961, permanecendo até a sua extinção em 1990 (SILVA, 2011).

era limitada em muitos aspectos, basta lembrar que neste período os analfabetos não exerciam o direito ao voto e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi mantido na ilegalidade, apesar da pluralidade partidária que se deu após 1945.

Com o advento do golpe, o cenário pernambucano não passou despercebido pelos militares que voltaram uma atenção especial ao Estado. Já na década de 1930, Pernambuco era considerado um dos maiores focos do comunismo no país, recebendo diretamente de Felinto Müller, chefe da Polícia Federal naquela ocasião, as orientações de como deveriam ser as ações policiais no controle social (SILVA, 2011). Fernando Coelho (2004) ao comentar sobre o tema, ressalta a atuação da Igreja Católica nas articulações que precederam o golpe, além da participação em maior escala dos trabalhadores urbanos e principalmente dos setores rurais através dos Sindicatos e da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), posteriormente denominada de “Liga Camponesa” (MONTENEGRO, 2003).

O surgimento de movimentos de esquerda, também nesta fase, preocupava as elites locais. Exemplo disso é a formação da *Frente do Recife* em 1955. Ao ressaltar o aumento da participação popular nas diretrizes políticas do Estado, Roberto Oliveira de Aguiar nos esclarece que:

Existiram dois importantes movimentos que se empenharam por mudanças sociais em Pernambuco durante o período de 1955-1964. Foram eles: a) Frente do Recife e b) A sindicalização rural, processo no qual as Ligas Camponesas também desempenharam um papel fundamental. O primeiro marca a chegada das práticas políticas populistas no Estado, enquanto o último foi o único movimento que obteve êxito, pelo menos parcialmente, em mudar uma relação estrutural, isto é, as relações de produção na zona canavieira da região (AGUIAR, 1993, p. 185-186).

As tensões chegaram ao máximo com a ascensão de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco em 1962. A preocupação do novo governador em realizar o que chamava de “Revolução sem violência” gerou conflitos com os interesses dos setores rurais que, até então, predominavam nas diretrizes da política no Estado. As propostas de Arraes, centradas em propiciar aos menos favorecidos melhores condições de vida, foram interpretadas por essas classes como subversão, o que levou a oposição a acusar o governador de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, que se encontrava na ilegalidade.

Outro momento de atuação importante do governador Miguel Arraes diz respeito a relação com os trabalhadores rurais. Durante muito tempo, estes trabalhadores estiveram submetidos às ordens dos seus patrões, sem direito à contestação. Além de exercerem as atividades em péssimas condições, na maior parte das vezes, não tinham os direitos assistidos pela lei (DABAT, 2007). As questões trabalhistas, por exemplo, eram executadas de acordo com a vontade e consciência dos latifundiários. Quando procuravam a Polícia ou Justiça, com a finalidade de resolver entraves e conflitos, a situação dificilmente era resolvida, tendo em vista que muitos juízes e delegados eram coniventes com a política dos usineiros. Além disso, o medo de sofrerem retaliações e violências também pesava na hora de prosseguir ou não com as denúncias contra os patrões (SILVA, 2023).

Nos primeiros anos de aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), elaborada durante o Estado Novo, o setor rural foi negligenciado e seus trabalhadores esquecidos. Não havia na CLT uma preocupação com as especificidades do trabalho no campo. Após anos de lutas e reivindicações, o então presidente João Goulart instituiu o *Estatuto do Trabalhador Rural* em 1963. “O Estatuto trazia finalmente para o âmbito rural, as garantias que a legislação trabalhista varguista havia estipulado para os assalariados urbanos e da indústria” (DABAT, 2008, p. 303).

Todos esses elementos que precederam o golpe foram importantes para a configuração do quadro político e social no Estado de Pernambuco. Notadamente, o aumento da participação popular motivou uma reação forte dos setores conservadores e da elite local. Joseph Page (1972) aponta os momentos de tensão que caracterizaram as mudanças em Pernambuco e sua capital.

No alvorecer dos anos 60, um sopro de excitação e prenúncios atravessou a mortalha tropical da cidade. O poder político parecia estar se deslocando, de modo lento, mas perceptível, de um círculo de famílias ricas para um movimento populista de amplas bases. Liberais e progressistas de todas as matrizes, desde devotos católicos até membros do Partido Comunista, estavam se unindo num esforço maciço. Sua meta era democratizar o governo da cidade e do estado, utilizar o poder político para fazer justiça econômica e social às massas pobres urbanas e rurais, mudando, assim, as estruturas da sociedade que eles sentiam terem condenado o Nordeste ao atraso e à extrema pobreza (PAGE, 1972, p. 22).

Toda insatisfação daqueles que passaram a perder espaço nas diretrizes políticas e/ou se sentiram insatisfeitos com a maior visibilidade propiciada às camadas menos favorecidas, veio à tona no momento em que os militares detiveram o avanço dos projetos progressistas no país. Muitos desses patrões que possuíam rixas pessoais com seus empregados (especialmente relacionadas ao trabalho) passaram a denunciá-los para o novo governo, acusando-os de subversão.

Ônibus da Companhia de Transportes Urbanos, CTU, retirados do tráfego normal, viajavam ao interior, trazendo de volta, aos magotes, algemados ou simplesmente amarrados com corda, trabalhadores do campo, apontados pelos usineiros e latifundiários às Forças Armadas como “comunistas” – cada qual procurando naquelas horas, descontar velhas inimizades quando não desavenças de caráter político. Quem tivesse sido membro de diretoria de sindicato ou de liga camponesa, constava no index dos perseguidos (CAVALCANTI, 1978, p. 346).

Cerca de duas mil pessoas foram presas em Pernambuco nessa busca incessante por “elementos subversivos” (CAVALCANTI, 1978). Muitos civis, motivados por interesses pessoais e de classe, aderiram ao projeto da nova ordem vigente e passaram a contribuir consideravelmente com o governo militar, denunciando pessoas ou integrando os grupos que adentravam nas casas e faziam buscas. Após os primeiros dias do novo governo, os militares foram acomodando os presos políticos (SILVA, 2013). Pessoas ligadas aos movimentos sindicais, ligas camponesas, movimento estudantil e dissidências da esquerda eram chamadas genericamente de “comunistas”. A construção discursiva foi um elemento fundamental para essas prisões, como veremos a seguir.

O Fidel Castro de Passira e a memória revisitada

Até meados de 1960, o município de Passira na região do Agreste pernambucano era um distrito anexo ao município de Limoeiro.⁵ Assim como boa parte da região, Passira possuía uma economia voltada ao setor rural, que era a principal fonte de renda da sua população. A situação dos trabalhadores rurais neste período era de enorme precariedade. Além de não estarem devidamente acobertados pela lei, considerando que a CLT não

⁵ O município de Passira conquistou sua emancipação política em 20 de dezembro de 1963. Entretanto, nos prontuários e relatórios referentes ao ano de 1964, sempre que mencionado, o município aparece com o nome de Vila Passira.

estabelecia especificidades ao trabalho rural, estes trabalhadores eram submetidos aos mandos e desmandos de seus patrões e das exigências estabelecidas por estes para os usos da terra.

Alguns fatores influenciaram fortemente na organização política e sindical desses trabalhadores. O desejo de mudança partiu da necessidade de melhores condições de vida e trabalho. Além das péssimas condições na execução das tarefas, muitos eram mal remunerados, tendo, inúmeras vezes, o valor dos seus baixos salários reduzidos como forma de compensação por eventuais prejuízos na produção. Ao final do mês, com tamanha precariedade, muitos trabalhadores dessas lavouras não possuíam renda suficiente para a compra de alimentos nos mercados convencionais, ficando a cargo de obtê-los nos chamados “barracões”.

O barracão era uma espécie de armazém para o uso dos empregados das propriedades rurais. Como “benefício”, os trabalhadores que não tinham dinheiro suficiente poderiam comprar os produtos (que eram superfaturados) e pagá-los no mês seguinte. A questão é que no mês subsequente, tendo que consumir novamente os alimentos e com uma dívida em pendência do mês anterior, este saldo só aumentava, gerando uma relação de dependência entre o empregado e o patrão (ABREU E LIMA, 2005).

O uso da violência era constante nesses lugares (SILVA, 2023). Em muitos casos, a violência era utilizada como forma de intimidação, para determinar o lugar social ocupado por cada uma das partes. Os latifundiários contratavam administradores para suas plantações com o intuito de que estes vigiassem e controlassem a produção, ameaçando quando necessário os trabalhadores para garantir a produtividade e um trabalho sem protestos, pois o simples fato de contestar as imposições já era motivo para perseguições dos encarregados.

O incentivo à sindicalização seria uma forma de conscientizar os trabalhadores sobre a garantia dos seus direitos, além de auxiliá-los juridicamente quando necessário. Cirilo Diniz de Carvalho foi uma dessas pessoas que passou a estimular a sindicalização rural.⁶ Cirilo Diniz assumiu o cargo de chefia na agência dos Correios e Telégrafos de Passira no ano de 1964. Pelo tamanho da sua barba, ficou popularmente conhecido como *Fidel Castro*⁷ e, de acordo com os moradores da região, andava pelos engenhos

⁶ INQUÉRITO de Cirilo Diniz de Carvalho. Fundo: Apeje/SSP/Dops – Prontuário Funcional nº 1129.

orientando os trabalhadores a não pagarem o foro⁸ das terras e a permanecerem nas propriedades, mesmo a contragosto dos seus patrões.

A atuação de Cirilo Diniz não era um caso isolado na região, e foi por isso que no dia 24 de abril de 1964, o Secretário de Segurança Pública resolveu designar uma comissão composta pelo promotor público Jarbas Correia Guerra e pelo oficial do Exército 1º Ten. Benedito Grangeiro Costa, com a finalidade de investigar todas as denúncias.⁹ Posteriormente, o promotor Jarbas foi substituído por José Milton de Castro Almeida para presidir as investigações. De acordo com o relatório, a comissão seria responsável por “apurar a responsabilidade dos que atentaram contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública nos municípios de Carpina, Limoeiro e São Lourenço”. Como na ocasião Passira ainda era distrito de Limoeiro, ficou a cargo desta comissão investigar o caso do “Fidel Castro” e de outros suspeitos locais.

No dia 4 de maio de 1964, deu-se início à seção dos interrogatórios no município de Passira. Foram intimadas seis testemunhas para que prestassem depoimentos sobre os acusados.¹⁰ As informações são basicamente as mesmas, possuindo pouca variação entre uma declaração e outra. A primeira testemunha inicia o seu relato afirmando que conhecia o acusado Cirilo Diniz de Carvalho há aproximadamente dois anos. Segundo a testemunha, nos primeiros anos, Cirilo era exclusivamente dedicado ao trabalho na agência dos correios, mas assim que o candidato Miguel Arraes ganhou as eleições, passou a apoiar o governador e a sua política, assumindo, portanto, uma postura favorável aos direitos dos trabalhadores rurais.

Ouviu dizer que Cirilo em pregações pelas fazendas das redondezas, procurava doutrinar humildes camponeses, dizendo-lhes não pagar o foro das terras em que trabalhavam e que não saíssem do local de trabalho, pois, “o tempo bom vinha por aí” (Testemunha 1, Fundo: Apeje/SSP/Dops. Prontuário Funcional nº 1119, p. 14).

⁷ Pablo Porfírio (2009) identificou o mesmo fenômeno em sua pesquisa de Mestrado. De acordo com o autor, um dos seus entrevistados relatou um episódio em que o seu chefe no trabalho o questionou sobre o tamanho da sua barba, perguntando se ele era comunista. Cf.: (PORFÍRIO, 2009, p. 121).

⁸ Foro seria uma espécie de tributo pago como condição para o uso das terras.

⁹ INQUÉRITO de Amaro Fernandes da Silva (e outros) Fundo: Apeje/SSP/Dops – Prontuário Funcional nº 1119.

¹⁰ Optamos por substituir o nome do depoente a seguir por “Testemunha 1”, a fim de preservarmos a sua identidade.

O “tempo bom” seria uma referência ao momento em que o governador Miguel Arraes passaria a intervir em defesa dos trabalhadores. Cirilo atuava para que estes não temessem as imposições dos seus patrões, orientando-os à sindicalização. Quando questionado sobre a suposta participação política do acusado, a testemunha nega ter conhecimento do envolvimento de Cirilo com o Partido Comunista, bem como afirma não saber se o acusado utilizava suas atividades de funcionário dos correios para repassar “material subversivo” aos moradores locais.

Os habitantes do distrito, diziam e comentavam sempre, que Cirilo era um grande agitador dos camponeses, mas que não ouviu dizer ser o mesmo comunista; que não sabe dizer se Cirilo abusava de sua função para distribuir no município material subversivo; que Cirilo, em dias de trabalho, quando se dirigia para as fazendas para as suas pregações subversivas, deixava no Correio o funcionário Djalma Dutra, carteiro (Testemunha 1, Fundo: Apeje/SSP/Dops. Prontuário Funcional nº 1119, p. 14).

Neste ponto entra em cena o segundo acusado, o carteiro Djalma Dutra de Barros. Os motivos pelos quais Djalma foi acusado de subversão são claros. Para a comissão que formalizou as denúncias, Djalma seria conivente com os ideais defendidos por Cirilo e, por esta razão, ficava em seu lugar quando este saía pelas propriedades conversando com os trabalhadores. As testemunhas, entretanto, afirmam ter sido de grande surpresa para a comunidade a prisão do segundo acusado, pois o mesmo nunca havia demonstrado sinais de envolvimento político ou de conduta subversiva, como podemos observar no depoimento da primeira testemunha.

Com referência ao segundo indiciado, Djalma Dutra, carteiro dos correios, informa que conhece Djalma desde menino e que por isso, tanto ele depoente, como a população local, ficaram bastante surpresos com a prisão de Djalma, pois aqui ninguém o tem como comunista, ou agitador de qualquer espécie; que não sabe nem jamais ouviu falar, ter Djalma tomado parte em qualquer reunião de caráter subversivo, em comícios agitacionistas e nem tão pouco pregando ideias comunistas entre os camponeses ou qualquer outro trabalhador. Que ele depoente tem a impressão de que Djalma foi preso, por ser colega de trabalho de Cirilo, pensamento idêntico tem pessoas de minha família e outras com quem conversa a respeito (Testemunha 1, Fundo: Apeje/SSP/Dops. Prontuário Funcional nº 1119, p. 14-15).

Todas as testemunhas são unânimes no discurso. Afirmam que nada sabiam sobre Djalma, nem sobre o seu envolvimento com o comunismo. Possivelmente esta prisão

enquadra-se na lógica da suspeição, em que o indivíduo passa a ser considerado suspeito pelo simples fato de ter algum envolvimento com terceiros que sejam considerados “nocivos” à segurança do país (SILVA, 2014). Além de não ter indícios de seu envolvimento com o comunismo, todos afirmaram que Djalma possuía uma conduta ética e responsável em suas atribuições no trabalho.

Entre aqueles que prestaram depoimentos sobre os acusados, estava José Vicente de Moura.¹¹ Morador de Passira, José Vicente tinha 28 anos em 1964 e trabalhava como agricultor. Às dez horas e trinta minutos do dia quatro de maio de 1964, José Vicente prestou um depoimento na delegacia do município. O primeiro depoimento foi sobre o “Fidel Castro” de Passira.

Disse que conhece Cirilo e que muitas vezes, ele depoente, presenciou camponeses na residência do acusado e quando de lá saíam, afirmavam que Cirilo estava providenciando suas carteiras para o sindicato que ele, Cirilo, fundaria aqui; que ouviu dizer que Cirilo muitas vezes se dirigiu a fazenda de seu Bening e de Didi Gomes, a fim de insuflar os camponeses contra os proprietários; que o povo desta localidade não dizia ser Cirilo comunista; porém o taxava de Fidel Castro, por causa de sua abundante barba; que nada se comenta neste distrito a respeito de desonestidade praticada em sua função; que quanto aos efeitos que a prisão de Cirilo causara na opinião pública local, diz o depoente, que algumas pessoas afirmam ter sido justa a referida prisão, pois, ele era um agitador e outras pessoas dizem não ter sido justa tal prisão, por se tratar de um elemento direito e honesto; que nada mais tem a dizer com referência a Cirilo Diniz de Carvalho [...] (José Vicente de Moura, Fundo: Apeje/SSP/Dops. Prontuário Funcional nº 1129).

No decorrer do seu depoimento, José Vicente comenta sobre os outros presos políticos, sempre ressaltando que conhece pouco os acusados e pela falta de convívio não poderia precisar a maior parte das informações, apenas reproduzir o que as pessoas comentavam na cidade. Ainda a respeito dos acusados, José Vicente foi questionado sobre Djalma Dutra – funcionário dos correios e colega de trabalho de Cirilo – e afirmou que, assim como boa parte da população, ele acreditava que a prisão do Djalma aconteceu pela amizade dele com Cirilo, tendo em vista que ambos eram amigos de trabalho. Entretanto, ressalta que o pai de Djalma, inconformado pela prisão, comentara que o filho havia sido preso a mando do coronel Chico Heráclio.¹²

¹¹ Neste caso recebemos uma autorização do depoente para citarmos o seu nome.

¹² Conhecido pelas perseguições políticas aos seus opositores, o latifundiário Francisco Heráclio do Rêgo iniciou sua carreira política no ano de 1922 no município de Limoeiro. Logo quando assumiu o cargo,

Em 2011, quarenta e sete anos após o depoimento prestado aos militares, José Vicente de Moura nos concedeu uma entrevista. O primeiro tema a ser comentado por ele – que considerava ser o fio condutor dos acontecimentos subsequentes – é o poder da família Heráclio e as perseguições ao governador Miguel Arraes. Ao seu modo de relacionar os fatos, explica o que seria o coronelismo.

O coronelismo era o seguinte: Arraes foi eleito governador com o poder do coroné Chico. Só que Arraes não contava com o estilo Heráclio do coroné Chico. Em 64, quando Passira passou a ser um município, foi no governo de Arraes. Aí quando Arraes foi expulso quem tomou conta foi o vice Paulo Guerra, que era o vice-governador. Aí foi quando Paulo Guerra perseguiu o povo de Arraes. Paulo Guerra era ligado ao grupo Heráclio, aí foram perseguir o povo de Arraes. [...] Esse povo que foi preso aqui é porque eram perseguidos do grupo de Arraes (José Vicente de Moura, entrevista ao autor, 28/12/2011).

Apesar de ter sido eleito ao lado de um político de esquerda, Paulo Guerra era visto como conservador e ideologicamente voltado aos interesses dos empresários e grandes latifundiários. Segundo Dreifuss, o vice-governador de Pernambuco era ligado ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), um dos órgãos que apoiaram a investida dos militares. Para o autor, a ligação de Paulo Guerra com o IPES foi importante na medida em que “deu à elite orgânica um ponto de apoio no próprio Palácio do Governo” (DREIFUSS, 1981, p. 371). Assim que Miguel Arraes foi deposto após o golpe, Paulo Guerra assumiu como governador.

Os primeiros indícios de traços traumáticos na memória do entrevistado, apresentaram-se logo no início da entrevista. Ao iniciar sua fala sobre o depoimento prestado em 1964, José Vicente fez questão de ressaltar os benefícios que o seu depoimento proporcionou aos presos, em especial ao Cirilo Diniz.

Quando esse pessoal foi preso, eu fui ouvido pelo Exército para contar alguma coisa que eu sabia e se eu convivia com esse povo que tava [sic] preso. O que eu sabia da vida deles eu contava, né? Quer dizer que pra eles foi até uma boa. Eu contei o que sabia, não menti, e aquele povo que tava preso foram até solto por conta disso aí. Foram mais de um solto por conta disso aí (José Vicente de Moura, entrevista ao autor, 28/12/2011).

Chico Heráclio passou a estabelecer uma política centralizadora, típica da formação coronelista. Sobre o coronelismo ver: (LEAL, 2012).

Esta afirmação do caráter benéfico de seu depoimento demonstra uma preocupação do acusado em não ser confundido como um delator. É uma forma de manter a sua integridade diante do fato. A ressalva também sinaliza a falta de escolha após a intimação dos militares. José Vicente não compareceu por espontânea vontade à delegacia de Passira para prestar os depoimentos, ele foi forçado a esta situação após alguns membros do Exército comparecerem a sua residência, conforme nos esclarece.

Eles chegaram aqui e perguntaram onde eu tava [sic]. Eu tava lá atrás trabalhando com meu pai, montando uma cerca. Aí nisso eles disseram “diga a ele que venha aqui que o Exército tá aqui fora querendo falar com ele”. Aí nisso eu saí e eles disseram “olhe, tem aí um povo preso... Faz quanto tempo que você mora aqui?” Aí eu disse: eu sou daqui mesmo. E eles disseram: “você conhece esse povo que tá preso?” E eu disse: conheço. Aí o camarada perguntou: “você pode ir na delegacia dizer alguma coisa que você souber sobre a vida deles?” E eu disse: Posso. Aí ele disse: “você vai daqui a pouco na delegacia”. Aí quando eu entrei que fui tomar banho pra trocar de roupa, o carro chegou de novo. Aí ele disse: “tá pronto?” eu disse: tô pronto. Eu vou pra lá, mas eu não vou no carro não. Pode ir pra lá. Você pode ir que eu vou agora (José Vicente de Moura, entrevista ao autor, 28/12/2011).

Após fornecer os detalhes sobre a intimação, o entrevistado faz uma reflexão que nos direciona ao ponto chave sobre a sua participação no caso.

Alguém me indicou, né? Chegaram aqui já dizendo que eu sabia sobre a vida desse povo. Alguém me apontou, né? Alguém me apontou... Mas eu falei a verdade, não menti. Doa a quem doer, pese na cabeça de quem pesar. Fui em cima certinho, não disse nenhuma palavra, nem pra aumentar, nem pra diminuir do que eu sabia. Eu não aumentei nenhuma palavra, nem diminuí (José Vicente de Moura, entrevista ao autor, 28/12/2011).

Na medida em que o entrevistado reconhece que a escolha dos militares pode não ter sido aleatória e sim proposital, tendo em vista uma possível indicação por parte dos moradores, há uma consciência de que ele – na condição de depoente - foi tanto vítima quanto aqueles que estiveram presos. A “verdade” é enfatizada em seu depoimento como uma forma de se resguardar de qualquer dúvida sobre o depoimento do passado: “*Não disse nenhuma palavra, nem pra aumentar, nem pra diminuir do que eu sabia*”, afirmou José Vicente.

Quando questionado sobre o depoimento que prestou em 1964, José Vicente confirmou que havia mencionado sobre a participação de Cirilo Diniz na organização do

Sindicato Rural de Passira. De acordo com ele, o próprio Cirilo havia confidenciado o interesse.

O Cirilo queria fundar na época o sindicato, que era o sindicato rural que existe hoje. O Cirilo saía de casa e ia conversar com o povo na zona rural pra criar esse sindicato. Porque o número de pessoas era tão pequeno, o povo não sabia nem o que era o sindicato e ele se deslocava da casa dele pra conversar com o povo e explicar o que era o sindicato. Aí eles (os militares) me perguntaram: você tem certeza que era o sindicato rural? Aí eu disse: eu não tenho certeza porque eu não participei, mas a certeza eu tenho porque ele dizia a mim que era o sindicato rural (José Vicente de Moura, entrevista ao autor, 28/12/2011).

Além da fundação do Sindicato, os militares questionaram a relação entre Cirilo e o governador Miguel Arraes. Mais uma vez, José Vicente detalha uma passagem que presenciou do acusado.

Aí eles me perguntaram: e eles eram muito ligados a Miguel Arraes? Aí eu disse: Olhe, eu vi um dia que um cara chegou perto do Cirilo pedindo um jornal da *Última Hora* e o Cirilo disse que ele não pedisse mais porque ele não fazia parte daquele jornal e nem ali era uma repartição que tinha a ver com aquilo, que era os Correios. No fim, esse homem (Cirilo) foi o mais perseguido. Ele e o Djalma, porque o grupo que chegou ao poder não gostava deles aí botou o pé no pescoço deles (José Vicente de Moura, entrevista ao autor, 28/12/2011).

Aqui acreditamos ser adequado fazer uma consideração a respeito da passagem descrita pelo entrevistado. A ligação que alguns jornais possuíam com a história política local era intensa. Após o golpe, houve um desgaste entre dirigentes, jornalistas e editores com os líderes políticos da época (LINS; LIRA, 2007). O jornal *A Última Hora Nordeste*, por exemplo, que teve forte influência nas eleições de 1962 e apoiou o então candidato Miguel Arraes, após uma sequência de edições suspensas e muitos dos seus jornalistas presos, encerrou suas atividades no dia 9 de abril de 1964.

Meses após o primeiro depoimento, mais precisamente em maio de 1964, José Vicente de Moura foi intimado novamente para falar sobre o caso. Desta vez, sem a presença dos militares. De todos os presos políticos que foram acusados naquela ocasião, apenas Cirilo Diniz de Carvalho continuava detido. O depoimento aconteceu na cidade de Limoeiro e contou com a presença de um Juiz e do próprio Fidel Castro de Passira.

Foi marcado um dia pra eu ir em Limoeiro e lá não foi o Exército mais não, já foi o Juiz. O povo depois de um tempo já tava [sic] tudo solto e o único dos presos de Passira era o Cirilo. Aí quando eu tava lá teve uma hora que o Juiz disse assim: Esse homem era contra Arraes ou era a favor? Aí eu disse: Esse homem era contra Arraes porque um dia eu vi um homem pedindo um jornal a ele e ele disse que o homem nunca mais entrasse lá pra pedir. (choro) Aí o juiz disse pra ele: agora se levante e se defenda a respeito do depoimento. Aí ele disse: nada tenho a dizer [...] (choro). Quando ele foi solto, aí ele disse: você não fez nenhum benefício a mim não. Você fez foi um dever de um homem que é não mentir (José Vicente de Moura, entrevista ao autor, 28/12/2011).

A emoção que tomou conta de José Vicente ao relembrar o passado, reforça a fragilidade do entrevistado quanto as suas memórias traumáticas. Enquanto explicava o acontecido, as lembranças vinham à tona através de detalhes do cotidiano que marcaram aqueles eventos. Por vezes, a entrevista foi interrompida pelas lágrimas do entrevistado. Ao concluirmos a conversa, José Vicente pediu desculpas pelos momentos de emoção: *“Você me desculpe alguma coisa. É que eu fico meio nervoso quando lembro dessa história”*. Seu depoimento, além de nos proporcionar detalhes importantes sobre os elementos processuais que levaram às prisões políticas no pós-golpe, ilustra os traumas na memória daqueles que foram coadjuvantes nas histórias sobre o golpe e ditadura civil-militar no Brasil.

Considerações finais

Ao longo deste artigo foi possível compreender de que forma a ditadura civil-militar brasileira impactou na vida e no cotidiano, tanto dos presos políticos, quanto das pessoas levadas aos tribunais que atuaram como coadjuvantes neste processo. O caso envolvendo Cirilo Diniz de Carvalho, o Fidel Castro de Passira, reforça a necessidade de estudos que partam dos documentos e relatórios produzidos pelos órgãos de repressão, com a finalidade de investigar os mecanismos de violação de direitos humanos praticados após o golpe de Estado.

Assim como os documentos institucionais, os relatos orais a respeito destes eventos são importantes, pois esclarecem lacunas ainda existentes. Sendo a memória um processo dinâmico, sujeito a mudanças e reelaborações ao longo do tempo (RICOEUR, 2007), os traumas que compõem essas memórias passam a ser elementos ativos dessas narrativas. No entanto, a memória traumática não pode ser entendida como um lamento,

mas como a possibilidade de digerir a experiência dolorosa (ROVAI, 2010). Este é o caso do entrevistado José Vicente de Moura que passou a ocupar um papel de protagonista ao revisitar as suas memórias. Histórias como as que foram relatadas neste artigo, ajudam a pensar os impactos do golpe na dinâmica social do país, contribuindo, assim, para o processo de construção de uma memória coletiva sobre este período.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Oito de Março. 2005.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife: da frente ao golpe**: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 1993.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978.

COELHO, Fernando. **Direita, volver**: o Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DABAT, Christine Rufino. Uma “caminhada penosa”: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, n. 26-2, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: Revista de História**, v. 24, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LINS, A. M. Grego; LIRA, A. P. A. A imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Síndrome da Mordaza**: mídia e censura no Brasil. São Bernardo do Campo: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano 3 – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964**. 2003.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil. 1955/1964**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959 – 1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A pedra arde: o direito à memória contra a sedução do esquecimento. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, jul./dez. 2010.

SILVA, José Rodrigo de Araújo. **Colônia de férias de Olinda: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, José Rodrigo de Araújo. **Violência, crime e prisão: a atuação do aparato jurídico-policial em processos de trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1946-1964)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SILVA, Marcília Gama da. DOPS: a estrutura do serviço de informação em Pernambuco DOPS-PE (1935-1960). **Revista SOPHIE**, Recife, 02 out. 2011.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Fontes

CLEOFAS: “Ameaça de cubanização de Pernambuco é a realidade cruel”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 out. 1962. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=cubaniza%c3%a7%c3%a3o&pagfis=19207. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

INQUÉRITO de Amaro Fernandes da Silva (e outros). Fundo: Apeje/SSP/Dops – Prontuário Funcional nº 1119.

INQUÉRITO de Cirilo Diniz de Carvalho. Fundo: Apeje/SSP/Dops – Prontuário Funcional nº 1129.

MOURA, José Vicente de. Entrevista concedida a José Rodrigo de Araújo Silva. Passira, 28 de dezembro de 2011. Fundo: Acervo particular.

NORDESTE Sinal Vermelho. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 07 jul. 1962. p.123. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=143766>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.